



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Após a leitura do Expediente que está sobre a mesa, esta Presidência suspenderá a sessão por alguns minutos para receber o Ministério Público em reunião na Presidência desta Casa, com o objetivo de discutirmos alguns assuntos pertinentes à redação final do PDOT.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 38, de 06/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 12ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	2

- Ata da 10ª Sessão Ordinária;
- Ata da 11ª Sessão Ordinária.

Conforme dito na abertura dos trabalhos, esta Presidência vai suspender a sessão por um período de dez minutos para os Deputados se dirigirem à sala da Presidência – aqueles que quiserem comparecer –, onde haverá uma reunião com autoridades do Ministério Público.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h52min, a sessão é reaberta às 16h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (Bloco Democratas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Tenente Patrício, Deputado Paulo Tadeu, eu vi uma notícia da qual tenho certeza vocês irão gostar. Hoje noticiaram na *Folha de S.Paulo* que o Primeiro Comando da Capital – PCC agora está formando o Primeiro Comando em Portugal – PCP. É verdade! O Comando Vermelho, que é do Rio de Janeiro, também está em Portugal. Existe uma preocupação. No relatório apresentado pelas autoridades americanas, mostra-se exatamente o avanço do crime fortemente, e ali falam do Brasil e citam os brasileiros avançando na criminalidade no mundo. Ficamos preocupados quando vemos um Brasil sendo rotulado como um exportador de marginalidade, exportador do crime organizado. Será que a Segurança Pública Nacional, será que aqueles responsáveis pela Segurança não dão conta de combater o tráfico de drogas? Será que eles não podem pensar um pouquinho que têm família? Tanto dinheiro jogado fora pelo Partido dos Trabalhadores sem se atentar para onde está indo todo esse dinheiro. Será que não podem investir mais em Segurança Pública, Tenente Patrício?

Será que não podem pegar pelo menos o soldo do policial militar do Distrito Federal – que isso sirva de exemplo para o Brasil – e agregar a ele as gratificações? Pegar as gratificações que estão aqui e jogá-las para o soldo. Porque hoje um soldado ganha por volta de 700 reais e se ele for aposentado... Hoje, muitos falam mal, mas o salário do Brasil é o da Polícia Militar. A Polícia Militar não tem aumento, não tem como aumentar o salário do policial militar, porque sempre há uma desculpa. Eu estou falando uma coisa que eu sempre falei no programa “Barra Pesada” e agrego a isso um comentário do Deputado Cabo Patrício, com muito respeito, pois sei que S.Exa. é um batalhador pela força policial militar. O salário do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	3

policial, Deputado Bispo Renato, é de 700 reais! Não sei se o soldo é de 600 ou de 700 reais, mas é mais ou menos esse valor. E falam que o soldado da Polícia Militar ganha 3 mil reais! É porque há as gratificações. Então, há gratificação por isso, gratificação por aquilo e chega-se naquele valor. Sugestão de briga que eu dou e me uno a V.Exa., se assim o quiser: que se agreguem as gratificações, já que não há aumento, pelo menos para garantir que amanhã não venha nenhum louco e fale: "Vamos cortar todas as gratificações, porque o País está em crise". Se isso ocorrer, terá profissional da Segurança Pública passando fome no Distrito Federal. Então, é bom começarmos a pensar em agregar, meu nobre Deputado Aylton Gomes. Inclusive, com a força dos bombeiros acontece a mesma coisa. O soldo é a maior injustiça que se faz a um soldado da Polícia Militar, que muitas vezes esconde a farda para chegar a sua casa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Geraldo Naves, parabeno V.Exa. por sua intervenção. Aproveito para fazer um apelo a V.Exa., Líder do DEM, partido do Governador José Roberto Arruda. Como o Fundo Constitucional foi aumentado em 19,8%, como V.Exa. sabe, e o GDF já está recebendo isso por parte do Governo Federal, que possamos fazer a intervenção junto ao Governador para que o soldo e as gratificações dos policiais e bombeiros militares sejam aumentados, porque os dos policiais civis já foram corrigidos em 3,2 a 3,6% e eles já vão receber no próximo pagamento. E o dos policiais e bombeiros militares ainda não. Então, que o Governador sinalize com a possibilidade não só de um plano de cargos e salários, mas também com um percentual de reajuste que corrija a distorção que V.Exa. bem citou, porque é função do Executivo Local encaminhar ao Governo Federal para que o Presidente Lula possa encaminhar ou por medida provisória ou por projeto de lei. Mas se o Governador, que é o detentor do Fundo Constitucional, não tomar a iniciativa, esses profissionais vão continuar com o soldo aquém do que é merecido na realidade atual.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Deputado Cabo Patrício, eu não só concordo com suas palavras, como estarei junto a V.Exa., ao Deputado Aylton Gomes, ao Deputado Paulo Tadeu – que é muito bem vindo também – e à Deputada Jaqueline Roriz.

Sr. Presidente, quero mandar um abraço ao pessoal do Ministério Público que esteve por aqui. A todos eles o nosso muito obrigado pela visita. Agradeço também ao pessoal de Hanói que presentearam tantas pessoas, inclusive o senhor, Sr. Presidente, com uma gravata de seda muito bonita. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Geraldo Naves, impressionou-me muito a forma como o nosso Presidente Leonardo Prudente, na sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	4

oratória e na sua apresentação, pronunciou os nomes das pessoas do Vietnã, de Hong Kong. S.Exa. falou o nome certinho de cada um. Isso me impressionou muito. Ele está bem familiarizado com os nomes de lá.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de falar como Líder, chamo a atenção do plenário, dos colegas Parlamentares, dos amigos presentes e da imprensa para uma notícia que recebi hoje de manhã – eu acredito que o Deputado Cabo Patrício também já sabe dessa notícia: um companheiro da Polícia Militar, um amigo particular lá de Planaltina, que havia sido alvejado há poucos dias, infelizmente, hoje de manhã, como o ferimento foi muito grave, Deus o levou.

Ontem, a Polícia, num trabalho conjunto com a Polícia Civil, já tinha prendido a quadrilha que tinha feito essa ação bárbara. Foi a guarnição do Tenente Prado que desfez aquela quadrilha, num trabalho presente e conjunto.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos nobres Deputados aqui presentes para concedermos àquela família e a essa alma que hoje se foi um minuto de silêncio para refletirmos sobre esse momento difícil da segurança, esse momento difícil do ser humano. Às vezes, falta algo a mais por causa de uma ação...

Então, eu gostaria que fizéssemos um minuto de silêncio em homenagem à família desse policial militar que hoje faleceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Esta Presidência solicita um minuto de silêncio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes, pelo Bloco Progressista.

DEPUTADO AYLTON GOMES (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno o Deputado Geraldo Naves pelas palavras em defesa da categoria do policial militar, do bombeiro militar e, com certeza, o nobre Deputado Cabo Patrício, que está nessa luta. Endosso que o nosso Governador passou-nos uma missão, e já estamos trabalhando nela com afinco. Assim que concluirmos esse trabalho, que vai ser histórico, que vai ser de acordo com sua luta, Deputado Geraldo Naves, com seus pedidos de muito tempo, com o anseio de uma tropa... Eu fiquei 15 anos dentro daquela corporação, e o anseio era por um plano de cargos e salários. Dessa vez, eu sinto isso muito promissor.

O Governador passou a missão, e estamos já na tarefa final de adequação da nossa lei. Com certeza, assim que o Governador encaminhar ao Presidente da República, eu não tenho dúvida de que o Presidente encaminhará de imediato ao Congresso e, dentro de uma articulação, todos os partidos, todos os congressistas que têm amor à Pátria, que têm amor ao seu País vão observar com carinho essa lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	5

que vem beneficiar essa categoria, que está, diuturnamente, arriscando sua vida pela do próximo, pela segurança pública do Distrito Federal e do Brasil. Essa lei, chegando ao Congresso, não tenho dúvida de que, para nós, será uma marca.

Continuo na luta. Eu não tenho dúvida nenhuma, nobres Deputados, de que, de mãos dadas – uma vez que esta Casa é coletiva –, vamos conseguir agregar essas gratificações a um único soldo, fazer com que o subsídio chegue também às categorias do bombeiro militar e do policial militar, porque está na hora de essa categoria ter um salário digno. Hoje, maquia-se muito o salário do policial e do bombeiro, homens que deixam suas casas e não sabem se voltam. Reporto-me aqui a uma pessoa muito honrada naquela cidade, que foi o nosso combatente Osana, que hoje Deus levou. Ele era um desses que estavam diuturnamente na defesa da comunidade. Então, nós vamos sempre continuar.

Que o Governo tenha sensibilidade. Que esta Casa faça o seu papel. Que, junto com os dos comandos, os salários dessa categoria sempre estejam no patamar que eles merecem.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, de minha parte, eu também queria me sensibilizar, em nome do Bloco Social Trabalhista, com esse policial militar que faleceu. Eu queria também, desde já, juntar-me à luta dessa categoria pelo plano de carreira e pelas gratificações. Acho que é justo mesmo. Essas pessoas, às vezes, arriscam suas vidas pelo bem coletivo. Acho que é papel da Casa fazer esse reconhecimento, dando o apoio de que eles tanto precisam.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Agradeço o aparte do nobre Deputado Cristiano Araújo. Com toda certeza, Deputado. Não há salário bom para quem arrisca sua vida. Quem realmente se dedica ao próximo no dia-a-dia tem que ter um salário digno. Disso não tenho dúvida.

Eu tenho certeza de que esta Casa, nesse entendimento, vai sempre construir leis que venham dar esse benefício.

DEPUTADO BISPO RENATO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Aylton Gomes, já que V.Exa. e o Deputado Cabo Patrício tratam desse assunto junto ao Governador José Roberto Arruda, há, por parte do Governo, o compromisso de que possam ser incorporadas as gratificações ao soldo dos policiais militares e bombeiros militares?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	6

DEPUTADO AYLTON GOMES – Ainda dentro do PCS, nós estamos buscando isso nessa articulação. Esse é um dos nossos pleitos. Quero aqui me reportar a um grande amigo, que também é um lutador da classe, nosso Secretário de Transportes, Deputado Alberto Fraga, que está nesse conjunto, dentro dessa luta.

Vamos ver se, desta vez, nós conseguimos. Se não conseguirmos, a luta continuará. Nós não vamos baixar a guarda, porque vai chegar a hora de o policial militar e o bombeiro militar terem um subsídio, terem um soldo único, para não correrem risco, como diz aqui o nobre Deputado Geraldo Naves, de quando forem...

Agora chegou aqui também um policial civil, um lutador, nosso querido Deputado Cláudio Abrantes, um companheiro que, com certeza, vai se somar a essa luta da Segurança Pública para que os salários tenham as correções necessárias, para que do cidadão não seja julgado o salário, mas o trabalho. Quem dedica a vida ao próximo tem que ter um salário digno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, assessoria da Câmara Legislativa, eu subo a esta tribuna hoje para enaltecer o trabalho do *Correio Braziliense*.

Quando é preciso criticarmos, nós criticamos, Deputado Milton Barbosa, mas, quando é preciso enaltecermos, eu acho que temos de enaltecer, porque é dever nosso. Esse jornal trouxe hoje, na capa do caderno "Cidades", uma lei que foi aprovada nesta Casa com votação maciça dos Deputados, a Lei do Silêncio, mostrando para os brasilienses que há forma de termos sossego nas nossas casas, nas avenidas. Existe uma lei que pune os infratores. Então, o *Correio Braziliense* hoje trouxe uma página inteira falando sobre a Lei do Silêncio e a detalhou muito bem. A reportagem foi muito bem feita. A lei está lá em seu inteiro teor. Inclusive fornecem-se telefones para as pessoas poderem fazer reclamações.

Aqui fica um apelo. Eu sou da bancada de Governo, sei da fragilidade que, às vezes, temos para garantir a execução de todas as leis, mas peço à Secretaria de Meio Ambiente que incrementalmente, cada dia mais, a fiscalização, aumente o efetivo de fiscais naquela Secretaria e dê uma solução imediata a todas as reclamações, porque a Lei do Silêncio precisa ser cumprida na íntegra no Distrito Federal, para dar tranqüilidade aos senhores e senhoras brasilienses que aqui moram por opção, que vieram criar aqui suas famílias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	7

Portanto, quero ressaltar aqui que o *Correio Braziliense* fez esse destaque na capa do caderno “Cidades”. Infelizmente, não mencionou o Deputado, mas não há problema. O que vale é contar ponto. E esta Câmara marcou mais um gol de placa, que é a Lei do Silêncio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós tivemos agora uma reunião da Mesa Diretora com representantes do Ministério Público, inclusive com o Procurador-Geral, e ali ficou claro o processo absolutamente inconstitucional de construção do PDOT. É inconstitucional porque não há poligonais, não há mapas; há croquis com manchas. Não há mapas e não há poligonais. Não se sabe ao certo como vai ser ordenada territorialmente esta cidade ou o Distrito Federal.

Há também uma discussão: o Regimento Interno, que possibilita emendas em segundo turno e emendas de plenário, não deveria se sobrepor ao que pressupõem as leis maiores. No que diz respeito ao PDOT, o Estatuto das Cidades e a Lei Orgânica do Distrito Federal são bastante claros: as emendas têm de ser publicizadas e têm de ser objeto de audiências públicas, porque o PDOT é uma pactuação com a participação da própria sociedade. Isso não foi feito. Mais de 300 emendas foram apresentadas, e eu desafio a maioria dos Parlamentares – porque, com certeza, há exceções – se conhecem o PDOT que irão analisar, ou se começarão a conhecer a partir da sua redação final.

Há também a recomendação do Ministério Público no sentido de que, uma vez aprovada a emenda, imediatamente ela teria de ser publicizada. Além disso – falo de novo da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Estatuto das Cidades –, elas deveriam ser objeto de audiências públicas para que o pacto entre o Poder Executivo, a participação popular e o Poder Legislativo fosse feito.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que, se esta Casa não ousar recomendar essa discussão e, portanto, anular a votação em segundo turno – e deveria anulá-la –, colocará em risco o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que esta Casa tem de ter brio; brio inclusive de reconhecer suas próprias falhas, mas brio também de defender os seus acertos. Quando falo sobre isso, refiro-me à Lei dos Quiosques, sobre a qual falou ontem o Deputado Paulo Tadeu; uma lei amplamente discutida, com audiências



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	8

públicas, com negociações que lotaram esta Câmara de representantes de quiosqueiros e de *trailers*.

Em verdade, o decreto estabelecido pelo Governador do Distrito Federal fere o princípio que norteou a discussão e a aprovação da Lei dos Quiosques e dos *Trailers*. Deputado Bispo Renato, existe majoração de preço que inviabiliza a legalização daquele quiosque e daquele *trailer*. Por exemplo, lembrava bem o Deputado Paulo Tadeu: se pagavam 200 reais por uma taxa de ocupação, passam a pagar, por decreto, mais de 1000 reais. É impossível que este comerciante tenha condições de se beneficiar de uma lei que serviu para beneficiá-lo.

Então, esta Casa tem de se posicionar! Vamos apresentar – e queremos contar com a assinatura de todos os Parlamentares – um projeto de decreto legislativo que susta o decreto abusivo que vai contra o princípio da lei que foi acordado e consensuado nesta Casa, com a aprovação de todos os Parlamentares. Vamos apresentar amanhã esse projeto de decreto legislativo para sustar o decreto que majora os preços no Distrito Federal de forma aviltante, seletiva e discricionária, o que faz com que este Governo, mais uma vez, caminhe à margem da legalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu também queria discutir um pouco essa questão do PDOT.

Eu votei contra o projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. É importante que a cidade tenha um plano diretor, que o seu planejamento urbano seja ordenado, que haja um planejamento urbano, que a sua expansão urbana seja ordenada. É importante que a cidade cresça de forma organizada, de forma planejada. É uma responsabilidade do poder público.

Agora, eu votei contra esse projeto do PDOT porque eu queria um plano diretor que visasse à qualidade de vida dos moradores desta cidade, e não aos interesses da especulação imobiliária deste local, como penso que ocorreu nesse projeto; por isso o meu voto contrário.

Com relação a esse imbróglio que envolve o Ministério Público, penso que a tudo tem que ser dado transparência, para o bem do contribuinte e para o bem da população. Que se publique tudo, que se veja, que se corrijam falhas que porventura ocorram e que se dê publicidade a todos os atos, a todas as emendas aprovadas, até para que o Ministério Público possa também cumprir a sua função.

Além disso, Sr. Presidente, eu queria falar sobre um segundo tema que já foi citado aqui nesta tribuna por alguns Parlamentares; lembro-me do Deputado Paulo Tadeu falando disto aqui: muitas vezes, um projeto é aprovado nesta Casa, sancionado, e a lei não é colocada em prática.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	9

Esta Casa aprovou um projeto de minha autoria que visava colocar uma rede de proteção, Deputado Wilson Lima, em volta dos cortadores de grama de gramados públicos, como existe em vários países do mundo. Todo cortador de grama em gramado público tem que ter, em volta da hélice, uma redinha de proteção de segurança, para evitar acidentes, para evitar que uma pessoa se machuque. Já houve casos de pessoas que morreram por causa de objetos e de pedras que a hélice desse cortador arremessou. Já houve casos de pessoas que perderam a visão de um olho por causa de um acidente com essa hélice.

O projeto foi aprovado e não foi colocado em prática ainda. Ninguém cumpre! Então, por que se aprova o projeto, se ninguém cumpre? Chega um momento em que eu não sei mais para quem reclamo. Deputado Milton Barbosa, estou pensando até em fazer uma carta para o Papa, porque o Ministério Público, o Governador, ninguém faz nada! Vai precisar que ocorra uma grande tragédia para as pessoas falarem: "Ah, havia aquela lei lá do Deputado Reguffe". E se for com uma pessoa próxima, ainda aumenta a indignação. Então, eu penso que a responsabilidade do legislador é legislar visando à qualidade de vida dos moradores desta cidade.

Esse projeto foi apresentado por mim, foi aprovado e, se uma única pessoa deixar de se ferir gravemente por causa dele, já valeu a pena tê-lo feito. O projeto foi sancionado, publicado no Diário Oficial, e a lei não é cumprida! A empresa que corta a grama nos gramados públicos do Distrito Federal não a cumpre. E eu queria saber: vai cumprir quando? Vai precisar morrer alguém num acidente? Algo básico que ocorre em várias cidades do mundo.

Então, eu quero uma providência da Mesa desta Casa, Presidente Deputado Wilson Lima, para que se exija o cumprimento dessa lei, a fim de se evitar que acidentes ocorram e que pessoas fiquem feridas por isso. Até porque a lei já existe, e acho que é uma obrigação deste Poder Legislativo exigir o cumprimento dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente, é o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Líder do Governo, Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi aqui, e também os assessores e os jornalistas, algumas referências sobre a situação salarial e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	10

remuneração dos policiais militares e bombeiros militares. Andando e conversando, pois sou da área e todos sabem, constatamos que os policiais militares não estão muito interessados no aumento em si, mas em um plano de cargos e salários, que eles não têm.

A legislação hoje amordaça a todos. Há alguns que são cabos há 10, 15 anos ou sargentos há 10, 15, 20 anos, e isso engessa as carreiras também. Portanto, se o Governador fizer, como fará, um plano de cargos e salários e se empenhar, como se empenhará, junto à União — pois a lei não é daqui, é bom que se esclareça —, por certo as duas corporações melhorarão sobremaneira neste ponto, inclusive na satisfação pessoal de cada um.

Deputado Wilson Lima, peço a atenção de V.Exa. para não olhar o tempo agora...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas o relógio se encarrega disso, Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – V.Exa. elogiou o *Correio Braziliense* por ter feito uma referência a uma lei, de página inteira, 2, 3 ou 4 páginas. Eu também farei um elogio ao *Correio Braziliense*. E acho que a lei é de V.Exa., não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A lei é da Câmara Legislativa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Mas é de iniciativa de V.Exa.

Eu vou falar de um assunto que é de todos nós, enquanto cidadãos. Eu estou me referindo ao que os jornais publicaram hoje. Todos se referem à aposentadoria do Dr. Ozanan Coelho, depois de 40 anos de vida pública só na NOVACAP. O Dr. Francisco Ozanan Correia Coelho de Alencar merece de todos nós — moradores, cidadãos, contribuintes — todos os encômios que uma pessoa, um cidadão de vida pública impoluta e inatacável merece.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, ele é Cidadão Honorário de Brasília.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Por isso mesmo, Sr. Presidente, porque, se ele não tivesse os atributos a que agora me refiro, com certeza não seria Cidadão Honorário de Brasília.

Os jornais o ilustram aqui com o que mais o notabilizou: os jardins de Brasília, que têm a cara e o coração do Dr. Ozanan Coelho. Por isso, depois de 40 anos de vida pública, ele assinou na segunda-feira o seu desligamento da NOVACAP.

O serviço público perde, mas perde mais se ele cair no esquecimento. Eu não vi nenhum Parlamentar — e muitos recorreram aos préstimos dele — fazer qualquer referência, embora os jornais o tenham feito, prestando a ele todas as homenagens e fazendo a ele todos os encômios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	11

Nós temos a memória curta, esquecemos rapidamente as coisas que nos fazem bem. As pessoas que sempre nos ajudam — principalmente ele que é um cavalheiro e tinha e tem a vida pública como expressão — serão reverenciadas por todos.

Eu queria neste momento parabenizar o Dr. Ozanan, desejando-lhe todas as felicidades do mundo. Pobre de um Estado, de uma organização pública que abdique de um homem do talento de um cidadão do jaez do Dr. Ozanan Coelho.

Parabéns a ele! Parabéns à sua família!

Muito obrigado ao Dr. Ozanan, por ele ter prestado todos os serviços de forma memorável aos habitantes do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria de mais um minuto para falar sobre a transparência do PDOT, como o Deputado Reguffe falou aqui. É bom que se diga que nós tivemos uma reunião — V.Exa. estava lá agora há pouco — com o comando do Ministério Público e as Promotorias que lá atuam na parte urbanística.

Eu não falo em transparência. O ato administrativo e o projeto legislativo são férteis nisso. Trata-se de um ato administrativo, sim, e público. Como muitas emendas foram apresentadas no dia da votação, nós decidimos que todas elas serão publicadas, porque não há prejuízo nenhum ao processo legislativo.

Falou o Deputado Reguffe sobre o não-cumprimento e a não-regulamentação de leis. Trata-se de um assunto recorrente, mas, se Deus quiser, Deputado Reguffe, as leis serão regulamentadas, sim. Amanhã terei em mãos o levantamento completo de quantas leis não foram regulamentadas, e eu tenho certeza de que elas o serão.

É certo que muitas matérias sobre as quais versaram podem ter caído no vazio, ou algumas temporais podem não existir mais. O certo é que a coisa mais grave que pode ocorrer não é só a não-regulamentação. Esta Casa produziu, entre 2006 e 2008, duas leis absolutamente iguais: uma do Deputado Chico Vigilante e outra do Deputado Benício Tavares, embora eu tenha cantado, vociferado sobre o assunto, e não conseguimos. Isso é que é grave: votar duas leis com os mesmos dizeres e as duas leis estarem em vigor, isso é ruim. Nós vamos entrar num processo – V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, pertence à Mesa Diretora, mas a Mesa Diretora são os 24 Deputados –, nós haveremos de entrar em uma nova fase aqui, que é exatamente de se respeitarem e de se verificarem quais matérias estão sendo votadas para que não cheguemos a uma situação esdrúxula dessa, duas leis com o mesmo teor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	12

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uso da palavra amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Transfiro a sua fala para amanhã, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, cidadãos da galeria, nos últimos tempos algo que muito temos ouvido é sobre a questão da crise mundial. Diversos países estão envolvidos em encontrar soluções para conter esse tema que tanto atrapalha e interfere, sim, no nosso País. Medidas têm sido tomadas para resguardar, sobretudo, a nossa economia. E uma delas, que têm um lado muito benéfico para aquecer, sobretudo, a questão da indústria automobilística, foi a redução do IPI sobre os carros novos. Tem seu valor naturalmente para aquecer o mercado, para manter as vendas, mas, mesmo sendo uma medida boa, às vezes ela tem reflexos que precisam de algumas correções.

E o que acontece? Hoje vivemos uma situação às vezes incomum de você ter um carro novo, zero km, que teve redução de IPI – portanto, baixou o seu valor de nota fiscal –, temos esse carro novo, zero km, com IPVA mais barato do que o de um carro usado, justamente porque os carros usados seguiram um valor antes da crise. As tabelas que nós temos adotam valores antes da crise, e hoje há uma redução notória no preço do carro usado.

Então, por isso, estamos apresentando hoje uma indicação fazendo uma sugestão ao Governo do Distrito Federal, especificamente à Secretaria de Fazenda. O Secretário Valdivino tinha dado um prazo até hoje para entrarem com recursos aquelas pessoas que não concordam com o valor do seu IPVA. Estamos sugerindo ao Governo: primeiro a prorrogação desse prazo e, já que esse prazo vai ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	13

prorrogado, que haja também por parte da própria Secretaria um estudo para adequação dos valores desse IPVA.

Entendemos que o contribuinte não pode ser onerado excessivamente, haja vista que o preço de mercado do carro usado, como já falei, caiu bastante. Ou seja, ele está pagando um imposto por um valor que hoje não corresponde à realidade desse veículo. Por isso quero registrar essa indicação que fizemos hoje e dizer que sou solidário à luta, aos pronunciamentos em defesa do Plano de Cargos e Salários dos nossos companheiros da Segurança Pública. Eu, que também venho da Polícia Civil, como todos sabem, coloco-me solidário nessa batalha, nessa luta, para que realmente esses profissionais que dedicam suas vidas, muitas vezes em detrimento de sua família, seu lazer, sua segurança, tenham reconhecido esse justo direito na sua carreira e também na sua questão salarial.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, tenho dois assuntos a tratar hoje. O primeiro é um comunicado: atenção, imprensa, Ana Maria Campos pode publicar. O Governador José Roberto Arruda acabou de me ligar aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O senhor está inovando, Deputado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – É inovação, é coisa boa! S.Exa. pediu para repassar uma mensagem aqui sobre esse negócio que está dando polêmica. Falaram aqui a Deputada Erika Kokay, o Deputado José Antônio... Não, o Deputado José Antônio falou da redinha hoje, a redinha que não cumpriu, aquela redinha que coloca no negócio lá – o que acho até certo.

Vamos ver, sobre os quiosques:

(O Deputado exhibe gravação de conversa telefônica entre o Sr. Paulo César e o Deputado Geraldo Naves)

“SR. PAULO CÉSAR – Alô...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Oi, Paulo César, pois não?

SR. PAULO CÉSAR – Deixa eu te falar. É a respeito da questão do decreto com relação ao valor do (ininteligível) público...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sei...

SR. PAULO CÉSAR – Você ligou ontem para o Governador...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	14

DEPUTADO GERALDO NAVES – Tá.

SR. PAULO CÉSAR – O Governador me incumbiu de verificar essa questão. Eu conversei com o Secretário Taniguchi e com o Secretário José Humberto. Nós estamos formulando um novo decreto que deve ser publicado amanhã, retirando a progressividade do valor do cálculo.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Perfeito.

SR. PAULO CÉSAR – Então, nós estamos fazendo uma tabela única, sem progressão.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Certo.

SR. PAULO CÉSAR – Isso, de certa forma... De certa forma não, isso com certeza vai resolver o problema com relação aos valores que foram majorados no primeiro decreto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Perfeito.

SR. PAULO CÉSAR – Então, o Governador pediu que eu passasse pessoalmente para você essa informação.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Muito obrigado, Paulo César.

SR. PAULO CÉSAR – De nada, meu amigo.”

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Bom, os beijos e abraços ficaram para depois, não é?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ficaram. O Deputado Milton Barbosa não permitiu que se ouvisse totalmente a gravação, mas agradeço de qualquer forma.

O Governador está dizendo que, a partir de amanhã, tem um novo... e eu conversei com o Presidente da Associação dos Quiosqueiros, que está sentado ali agora. Ele confirmou que esteve lá hoje e que fez um acordo fantástico para os quiosqueiros. Parabéns aos quiosqueiros! Que péssimo pronunciamento fez aqui a Deputada Erika Kokay quando disse que o Governo age à margem da legalidade.

Publica aí no *Correio Braziliense*, por favor.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não pode. Nos Comunicados de Parlamentares não há questão de ordem. Eu sou novo aqui, mas já ouvi falar nisso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu quero falar depois...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ah, bom... Depois. Deixe-me dizer uma coisa aqui: Alô, Alexandre Garcia! “Meteram o pau” na CBN hoje, instigando a população contra os Deputados. O senhor está incluso, Sr. Deputado José Antônio Reguffe, Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	15

Deputado Cláudio Abrantes, Sr. Deputado Milton Barbosa, Sr. Deputado Aylton Gomes, Sr. Deputado Raimundo Ribeiro...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu não.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Todo mundo está incluso, porque é Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu quero só dizer uma coisa para o Sr. Alexandre Garcia: o gesto de falar no rádio e instigar a população contra os Deputados é covardia! Covardia! O senhor... estou falando e olhando para aquela câmara ali, não sei se ela ou aquela outra está pegando. O senhor é incompetente! Deveria colocar um Deputado, pelo menos, para falar em nome da Câmara Legislativa. O senhor falou que não há propósito, que não existe a Câmara Legislativa e abriu para o povo "meter o pau", depois que o senhor "meteu o pau". É fácil, não é? Eu queria que você falasse um pouquinho do Sr. Adolpho Bloch, falasse um pouquinho da Rede Manchete, que lançou o senhor na televisão. Não pense o senhor que não sabemos também das coisas. Fale mal de mim: "O Geraldo Naves é isso, o Geraldo Naves é aquilo". Pode falar o que o senhor quiser. Agora, aqui estamos fazendo um trabalho sério. Tenho acompanhado a preocupação de cada Deputado e dos jornalistas sérios que vêm aqui. Se o senhor diz que isto aqui não faz sentido, não faz sentido o trabalho da Lílian, da Ana Paula, da Ana Maria Campos, que estão ali, e desses demais repórteres. Vocês estão fazendo o que aqui, se o Alexandre Garcia diz que não faz sentido? O senhor precisa respeitar a Câmara Legislativa. Depois que o senhor respeitá-la um pouquinho, eu começo a respeitar o senhor; até lá, eu não o respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, última inscrita nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano de 2004, esta Casa promoveu uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, CPI extremamente profícua, com um trabalho muito qualificado dos Deputados. Essa CPI se dedicou, entre outros aspectos, à discussão das UTIs. Houve uma execução dos contratos de UTIs com a iniciativa privada de R\$ 3.102.481,70 (três milhões cento e dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos). A CPI investigou essa relação de 2004, mas pasmem – em 2008, tivemos um pagamento de UTI à iniciativa privada de quase 71 milhões! É uma variação de 2.179% entre 2004 e 2008. Fazendo um cálculo muito grosseiro, levando-se em conta uma diária de UTI por volta de 5 mil reais, vamos ver que, diariamente, utilizaram-se 39 leitos de UTI privados, considerando o valor de quase 71 milhões. Ora, o Hospital de Santa Maria tem 40 leitos de UTI. Estudos já pontuados pelo Conselho de Saúde indicam que o leito de UTI público representa 40% do leito de UTI privado – 40% é o valor – sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	16

considerar a impropriedade de um procedimento em que o usuário é acompanhado primeiramente pelo médico que faz a cirurgia e depois, na UTI, por outro médico que não conhece o seu histórico. Então, Deputado Wilson Lima, 71 milhões, quase isso! Comparem com os 3 milhões, que geraram, inclusive, uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Setenta milhões, na verdade, porque não foram construídos leitos de UTI. A UTI pediátrica do Hospital de Samambaia está pronta, mas sem leito. Este espaço, que deveria abrigar as crianças, está vazio.

Para se ter uma idéia, nesse período, tivemos um repasse do Fundo Constitucional majorado, de 2004 a 2008, em mais de 64%. A receita tributária aumentou quase 37%. Embora haja recursos, o Governo do Distrito Federal optou por contratar UTIs privadas. E pasmem – mais de 60% dessas contratações são de um único grupo, de um único grupo!

Creio que o Distrito Federal tem de se alertar para o que está acontecendo na Saúde desta Cidade. No próximo dia 12, haverá uma caravana nacional, em Brasília, no Congresso Nacional, para, entre outras coisas, questionar a privatização Sda Saúde no Distrito Federal. Para se ter uma idéia, o Tribunal de Contas, por meio da Decisão nº 3.919, entendeu que a contratação de leitos de UTIs diretamente, sem o processo licitatório, não pode ser considerada uma situação emergencial. Todos esses leitos de UTIs foram contratados no ano passado sem o processo licitatório, e alguns deles representando até 27 vezes a tabela do SUS – Sistema Único de Saúde. Ora, se a tabela do SUS é insuficiente, o Distrito Federal tem de criar a sua própria tabela e fazer um processo licitatório. Caso contrário, vamos achar que há algo que não pode ser dito entre os que ocupam a Secretaria de Saúde e a iniciativa privada, na área de Saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Está encerrado o período dos Comunicados de Líderes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 38, de 06/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 12ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se haverá o Grande Expediente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	17

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, faremos a chamada nominal dos Deputados para verificarmos quantos estão presentes.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

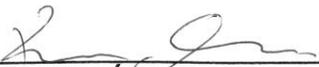


Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	18



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN			
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP			
BENEDITO DOMINGUES - PP			
BENÍCIO TAVARES – PMDB			
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – DEM			
CABO PATRÍCIO – PT			
CHICO LEITE – PT			
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB			
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PSDB			
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT			
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT			
ROBERTO LUCENA - PMDB			
ROGÉRIO ULYSSES – PSB			
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	11		


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 10 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico aos Deputados e à Mesa Diretora que recebemos uma visita de cortesia dos integrantes do Ministério Público. Essa visita, liderada pelo Dr. Leonardo Bandarra, foi feita à Mesa Diretora. Naquela oportunidade, foram discutidas as ponderações – muitas delas já se tornaram públicas – quanto às recomendações que o Ministério Público tem feito a esta Casa no que diz respeito à tramitação do PDOT, que acaba de ter a sua redação final concluída e que certamente estará em processo de votação nos próximos dias.

Havia algumas divergências e dúvidas em relação à transparência do processo, e informamos ao próprio Ministério Público que a redação final estava sendo realizada pelos competentes técnicos da Comissão de Constituição e Justiça, sem nenhuma ingerência ou interferência de qualquer Parlamentar, e que somente após a conclusão desse trabalho é que nós a tornaríamos pública.

Portanto, já disponibilizamos para todos os Deputados a redação final, e eu solicito à Assessoria de Plenário que verifique nos gabinetes quais os Deputados que não a receberam. A Comissão de Constituição e Justiça já disponibilizou a referida redação final e provavelmente no início da próxima semana poderemos colocá-la em votação em plenário.

Convido os Deputados presentes – Deputados Raimundo Ribeiro, Wilson Lima, Milton Barbosa e Cabo Patrício –, os membros da Mesa Diretora e os demais que quiserem nos acompanhar para amanhã, quinta-feira, às 11 horas, devolvermos a visita de cortesia que recebemos e visitarmos o Ministério Público.

Solicitamos também que, amanhã, antes do início da sessão, às 15 horas, os técnicos da SEDUMA que ajudaram os Relatores – Deputados Benício Tavares, Eurides Brito e Batista das Cooperativas – façam uma apresentação do Sistema Arquivil, que elaborou todos os mapas do substitutivo apresentado ao PDOT, para demonstrar o grau de precisão para superar qualquer dúvida que possa surgir em relação à questão das poligonais e dos perímetros que foram suscitados na recomendação do Ministério Público.

Convoco, portanto, os Líderes para, amanhã, às 15 horas, receberem os técnicos da SEDUMA e solicitarem ao Deputado Rogério Ulysses e à Deputada Eurides Brito, que participaram desse processo da redação final, juntamente com os técnicos da Comissão de Constituição e Justiça, que estejam na sala de reunião da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2009	15h45min	12ª Sessão Ordinária	20

Presidência, a fim de que todos, principalmente os Líderes, possam tomar conhecimento de como estão consubstanciados os mapas que integram o PDOT.

Essas são as minhas informações, Sr. Presidente. Recebemos, hoje, às 14h30min, os integrantes do Ministério Público, mas, como os Deputados foram chegando a conta-gotas e para cada um que chegava era dada uma nova explicação, houve demora para o início da sessão e os Deputados acabaram se dirigindo aos seus gabinetes. Mas as discussões que foram feitas certamente trarão grandes contribuições à população, em especial a questão do PDOT.

Quero também aqui agradecer a visita que recebemos, no dia de ontem, da delegação que veio do Vietnã, embora tenhamos recebido algumas críticas. Creio que esta Casa é uma Casa que recebe todos os cidadãos. Somos a Câmara Legislativa, localizada na Capital do Brasil. Portanto, qualquer delegação que vier de qualquer parte do mundo será muito bem recebida enquanto eu estiver Presidente desta Casa, goste ou não goste qualquer veículo de comunicação. Vamos continuar recebendo de braços abertos todos os povos, todos aqueles que nos derem a honra de nos visitar e conhecer o trabalho que é feito pelo Poder Legislativo do Distrito Federal.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse alterada a chamada e registrada a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Registro a presença de V.Exa. Só há 12 Deputados presentes. Não há *quorum* para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h37min.)